

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 507.087 - SP (2019/0120607-8)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
AGRAVANTE : J P B L
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JOAO PAULO BONATELLI - SP316788
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. REGIME INICIAL FECHADO. PENA BASE NO MÍNIMO LEGAL. GRAVIDADE CONCRETA EXPLICITADA NO ACÓRDÃO IMPUGNADO. SÚMULA N. 440 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ AFASTADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O acórdão impugnado no *habeas corpus* trouxe que “o regime não podia mesmo ser outro que não o prisional fechado, dada a hediondez do crime perpetrado, aproveitando-se o acusado da pouca idade da vítima e da proximidade decorrente do fato de que as famílias eram amigas; demonstrada, pois, a personalidade desvirtuada do recorrente e as marcas indeléveis no espírito da vítima, com danos psicológicos imensuráveis”.

2. Em que pese a pena base ter sido fixada no mínimo legal, o voto condutor do acórdão vergastado deixou explícita quais circunstâncias do crime demonstravam a maior gravidade concreta da conduta perpetrada e que justificaria a aplicação de um regime mais severo, afastando assim a incidência da Súmula n. 440/STJ.

3. Agravo Regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator